



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO

MUNICÍPIO DE BORBA

2018

ABRIL DE 2019



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
A. NOTA INTRODUTÓRIA	4
B. COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNAÇÃO	4
C. RESPONSABILIDADES	5
D. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	6
2. PONTOS CHAVE NA AUDITORIA	7
A. AVALIAÇÃO DO RISCO	7
1. RISCO RELACIONADO COM A ATIVIDADE	7
2. RISCO RELACIONADO COM BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E RISCOS RELACIONADOS COM FRAUDE E ERRO	7
3. NÍVEIS DE RISCO POR ÁREA	8
B. MATERIALIDADE	8
1. DEFINIÇÃO GLOBAL DA MATERIALIDADE	8
2. CÁLCULO DA MATERIALIDADE	8
C. METODOLOGIA E PONTOS – CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA	8
3. INDEPENDÊNCIA	9
4. CONCLUSÕES	9
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE), NOTAS E COMENTÁRIOS	11
6.1 Execução orçamental	13
6.1.1 Orçamento	13
a) Orçamento inicial	13
b) Modificações do Orçamento	13
c) Receitas	13
d) Despesas	14



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

e) Fundos disponíveis.....	15
f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros.....	15
g) Equilíbrio orçamental.....	16
6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos.....	17
6.1.3 Execução das ações mais relevantes.....	17
6.2 Análise Patrimonial.....	18
6.2.1 Balanço.....	18
a) Ativo.....	18
b) Fundos próprios.....	19
c) Passivo.....	19
d) Endividamento.....	20
6.2.2 Demonstração dos resultados.....	21
6.3 Sistema contabilístico.....	22
6.3.1 Imobilizações.....	22
a) Bens de domínio público.....	22
b) Imobilizado incorpóreo.....	22
c) Imobilizado corpóreo.....	23
d) Investimentos financeiros.....	23
e) Amortizações acumuladas.....	24
f) Imobilizações em curso.....	25
6.3.2 Existências.....	25
6.3.3 Dívidas de terceiros.....	26
6.3.4 Disponibilidades.....	26
6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos.....	27
6.3.6 Fundos próprios.....	27
6.3.7 Passivo antes de acréscimos e diferimentos.....	28
6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos.....	30
6.3.9 Provisões e contingências.....	31



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.10 Custos e perdas	32
6.3.11 Proveitos e ganhos	36
7. RÁCIOS, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E ENDIVIDAMENTO	38
7.1 Indicadores de Gestão.....	38
7.2 Endividamento/Dívida Total	38
7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso	39
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	40
9. PROPOSTAS E OUTROS FACTOS.....	40
10. AGRADECIMENTOS	42

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

MUNICÍPIO DE BORBA

EXERCÍCIO DE 2018

REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

a. NOTA INTRODUTÓRIA

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos à auditoria às contas do **Município de Borba**, relativas ao período económico de 1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, de acordo com as normas internacionais de auditoria de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitiremos a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de 11 de abril de 2019.

O nosso exame às demonstrações financeiras do Município, constitui um exame completo. A finalidade deste relatório é relevar os principais pontos-chave, conclusões e recomendações decorrentes da nossa auditoria às contas da entidade.

Realçamos, o esforço quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à aplicação das exigências contabilísticas e outras relacionadas com a legislação aplicável aos Municípios, nomeadamente:

- ✓ Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/0213, de 3 de setembro);
- ✓ Lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro);
- ✓ Legislação inerente à legislação dos contratos públicos (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro);
- ✓ Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL);
- ✓ Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho);
e
- ✓ Lei que Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (Lei nº 83/2017, de 18 de agosto).

b. COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNAÇÃO

O nosso entendimento é que o órgão de gestão está consciente das matérias contidas neste relatório.

Com o objetivo de cumprimento da norma internacional de auditoria ISA (*International Standards on Auditing*) 260 — Comunicação das matérias de auditoria com os encarregados da "Governance", é-nos recomendado relatar à administração os "findings" do nosso exame, em particular, os relacionados com:

- ✓ Aspectos qualitativos das práticas contabilísticas da entidade e do seu relato financeiro;
- ✓ O esboço final da declaração do órgão de gestão;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- ✓ Erros e omissões não ajustadas;
- ✓ Matérias especificamente exigidas por outras normas de auditoria, a serem comunicadas aos encarregados da governação (tais como a fraude e o erro);
- ✓ Modificações previstas ao relatório do revisor oficial de contas;
- ✓ Fraquezas materiais no sistema contabilístico e nos sistemas de controle internos; e
- ✓ Outras matérias relevantes e materiais que se relacionem com a nossa revisão das contas.

Aproveitamos também a oportunidade para comentar o desempenho orçamental do Município e para confirmar a nossa integridade, objetividade e independência profissionais.

Consideramos que uma comunicação eficaz com os responsáveis-chave da entidade para efeitos do nosso trabalho de auditoria, é um ponto-chave para a seu sucesso, pelo que agradecemos todo o empenho, colaboração e as prontas e eficazes respostas às questões realizadas no decurso dos nossos trabalhos.

c. RESPONSABILIDADES

O órgão executivo do Município é responsável pela:

- elaboração e aprovação das demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística aplicável ao Setor Autárquico decorrente do POCAL;
- elaboração e aprovação do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de dar continuidade às atividades e tomar as medidas adequadas ao seu cumprimento.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar os documentos de prestação de contas e divulgação da informação financeira do Município.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL;
- concluímos, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Município para dar continuidade às suas atividades. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL; e
- comunicamos entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

d. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

De acordo com o artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, designadamente Municípios. O quadro de competências, assim como o regime jurídico é estabelecido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. O regime financeiro é estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. O sistema contabilístico está definido no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro com as respetivas alterações.

Borba é uma cidade portuguesa no Distrito de Évora, na região do Alentejo e na sub-região do Alentejo Central, com 4 537 habitantes. É sede de um Município com 145,19 km² de área, 6 950 habitantes e 6 605 eleitores e encontra-se subdividido em 4 freguesias.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a organização dos serviços municipais obedece ao modelo de Estrutura Hierarquizada, e está definida na deliberação (extrato) n.º 2490/2010, publicado no DR n.º 253, de 31/12/2010 (para o período entre 01/01/2018 e 30/04/2018) e no despacho n.º 4030/2018, publicado no DR n.º 77, de 19 de abril de 2018 (para o período entre 01/05/2018 e 31/12/2018).

Na qualidade de pessoa coletiva de interesse público o Município visa a prossecução de interesses da população, sendo as Grandes Opções do Plano um elemento de primordial importância onde são definidas as políticas macroeconómicas e onde são definidas e enquadradas as linhas estratégicas da gestão municipal.

Nos termos do artigo 58º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e conforme deliberação de Câmara de 21/10/2017, o Órgão Executivo é constituído pelo Presidente e dois Vereadores a tempo inteiro, tendo nos termos do n.º 3 do artigo 57º do diploma antes referido, um deles sido nomeado Vice-Presidente da Câmara Municipal. No que concerne aos Vereadores sem atribuição de competências, são dois elementos.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

A contabilidade do Município obedece ao disposto no Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e a toda a demais legislações complementares, aplicável às autarquias locais. Todos os registos contabilísticos têm suporte informático e documental, e são arquivados por numeração sequencial e ordem de classificação orgânica e económica em pastas próprias.

O sistema contabilístico assenta no ERP – Medidata, com aplicações geridas entre si, em tempo real e que dão resposta às necessidades de reporte e construção das demonstrações financeiras que o Município se encontra obrigado a cumprir. O relatório de gestão, descreve no ponto 1.2. Organização contabilística, a forma como o sistema tem vindo a ser implementado, explicitando uma execução média conseguida de 94%.

O Município alterou o seu regulamento de controlo interno, adaptando-o à estrutura organizacional e às necessidades atuais a que o Município tem de responder. O referido regulamento, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018.

2. PONTOS CHAVE NA AUDITORIA

a. AVALIAÇÃO DO RISCO

1. RISCO RELACIONADO COM A ATIVIDADE

Na avaliação do risco para compreender a entidade e o seu ambiente tomámos em consideração os seguintes aspetos:

- ✓ Fatores setoriais de regulação e outros fatores externos relevantes;
- ✓ Natureza das operações;
- ✓ Propriedade e estrutura de governação;
- ✓ Tipos de investimentos efetuados e a efetuar;
- ✓ Modo como a entidade está estruturada e é financiada;
- ✓ Políticas contabilísticas aplicadas pela entidade, incluindo as razões para alterações às mesmas;
- ✓ Objetivos e estratégia da entidade e os respetivos riscos de negócio que podem resultar em riscos de distorção material;
- ✓ Mensuração e revisão do desempenho orçamental e financeiro da entidade.

2. RISCO RELACIONADO COM BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E RISCOS RELACIONADOS COM FRAUDE E ERRO

Na avaliação do risco, realizamos (i) as indagações consideradas apropriadas à gestão e a outras pessoas da entidade que, em nosso entender, podiam ter informação que ajudasse a identificar os riscos de distorção material devido a branqueamento de capitais, fraude ou erro; (ii) procedimentos analíticos e (iii) observações e inspeções.

Para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, realizámos indagações aos responsáveis da governação sobre a existência de um sistema de controlo interno adequado e se os colaboradores se encontram devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Tomámos em consideração o definido na ISA (*International Standards on Auditing*) 240 - As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras, sustentada em dois pilares fundamentais a saber: - Manipulação das demonstrações financeiras; e - Apropriação indevida de ativos.

Mantivemos ceticismo profissional sobre as matérias em análise e até à presente data não foram identificadas situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes, para além da opinião sobre as demonstrações financeiras que nos foram presentes para análise e emissão de parecer.

3. NÍVEIS DE RISCO POR ÁREA

Encontrando-nos perante uma auditoria não recorrente. Todavia, em períodos anteriores, já tínhamos assumido as funções para a qual agora fomos contratados. Assim, foi-nos possível obter um nível de confiança razoável, através da análise ao sistema de controlo interno e a nível de risco definido para cada uma das áreas. Face ao exposto e tendo em atenção a materialidade definida, consideramos para o trabalho de auditoria no Município, para o ano de 2018, um **Risco Global Médio**.

b. MATERIALIDADE

1. DEFINIÇÃO GLOBAL DA MATERIALIDADE

Para a definição dos critérios para a determinação da materialidade associada a este trabalho, tomámos em conta as melhores observações que efetuámos e que justificadamente entendemos como as mais adequadas face ao tipo de Entidade em análise.

2. CÁLCULO DA MATERIALIDADE

Face ao exposto, o valor da materialidade inicial para o Município foi calculado, com base nas demonstrações financeiras de 2017, não tendo existido necessidade de efetuar uma revisão à materialidade final, face às demonstrações financeiras finais de 2018.

Foram considerados como não reportáveis os ajustamentos que não excedam 2% da materialidade global.

c. METODOLOGIA E PONTOS – CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros os seguintes aspetos:

- (1) Foram realizadas reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo-se solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) A execução obedeceu às Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) emanadas pela *International Federation of Accountants* (IFAC), complementadas pelas normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

3. INDEPENDÊNCIA

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e da IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos internos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria/revisão.

A avaliação das ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente aos requisitos de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Nestas circunstâncias, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.

4. CONCLUSÕES

Auditámos as demonstrações financeiras do **Município de Borba**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de **37.835.756,82 €** e um total de fundos próprios de **15.781.155,61 €**, incluindo um resultado líquido negativo de **319.650,05 €**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **7.116.973,95€** de despesa paga e um total de **7.398.615,95 €** de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que, em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do **Município de Borba**, em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico assente no POCAL, o qual é aplicável às autarquias locais, ainda neste exercício.

Analisámos o Relatório de Gestão, elaborado pelo Órgão Executivo, verificando-se que o mesmo se apresenta estruturado nos seguintes capítulos, sendo iniciado com a “Mensagem do Presidente”:

- I – Introdução;
- II – Síntese da atividade desenvolvida;
- III – Contabilidade e execução orçamental;
- IV – Políticas contabilísticas adotadas;
- V – Execução e evolução da política orçamental desenvolvida;
- VI – Evolução da situação económica e financeira;
- VII – Dívida do Município;
- VIII – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício;
- IX – Proposta de aplicação do resultado.

Em seguida o documento apresenta as demonstrações financeiras, previstas no POCAL, às quais se seguem outros documentos de reporte, a saber:

- Mapas das participações da Entidade;
- Certidões, responsabilidades de crédito e extratos bancários;
- Articulados;
- Outros mapas;
- Declarações previstas em resoluções do Tribunal de Contas; e
- Declarações, e informações ao abrigo da LCPA.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

A qualidade do documento que é apresentado é elevada, encontra-se bem estruturado e detalhado de forma analítica, gráfica e comparativa, relatando rigor e transparência, satisfazendo os requisitos legais e em conformidade com as Demonstrações Financeiras do Exercício.

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- O Município cumpre os limites em relação à dívida total.
- O Município cumpre a regra de equilíbrio orçamental.
- A execução da receita atingiu um grau superior a 85%, apresentando no triénio de 2016 a 2018, uma média de 96%.
- O Município não apresenta pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamento é de 22 dias.
- Os recebimentos em atraso constam das declarações apresentadas, num total de 454.013,14 €, incluindo os impostos por cobrar, conforme declaração expressa pela Autoridade Tributária (AT), num total de 109.706,86€.
- As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017, foram examinadas por outro Revisor Oficial de Contas, que sobre elas emitiu uma opinião sem reservas e sem ênfases, datada de 16 de abril de 2018. O nosso trabalho sobre aquelas demonstrações financeiras foi efetuado apenas na extensão considerada necessária para suportar a emissão da nossa certificação legal das contas sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No cumprimento do disposto no DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações, o Município prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POCAL, elaborando, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras.

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras referidas no ponto 4. deste relatório.



6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE), NOTAS E COMENTÁRIOS

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos relevantes.

Nos termos da alínea i), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião Extraordinária de 11 de abril de 2019, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2018, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes procedimentos de revisão e auditoria:

- Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
- Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;
- Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
- Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31 de dezembro de 2018, teste das conciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;
- Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos, e sua conciliação por confirmação direta a documentação emitida pelas Instituições e mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;
- Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2018;
- Solicitação direta a Advogados/Juristas, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
- Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/ abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;
- Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
- Verificação numa base de amostragem dos principais movimentos do exercício na rubrica de imobilizações em curso;
- Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da adequabilidade das provisões para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas, com referência a 31 de dezembro de 2018;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitante a montantes a receber e cuja liquidação apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2019;
- Verificação do método adotado para a contabilização das participações recebidas para aquisição e ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações nos saldos das diversas rubricas que compõem os Fundos próprios;
- Apreciação e acompanhamento do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do prazo médio de pagamento e dos limites de endividamento, no final do exercício de 2018;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação do equilíbrio orçamental e endividamento;
- Apreciação do apuramento dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso;
- Apreciação do Relatório Anual de Execução do “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município – Ano de 2018 e Balanço Social de 2018;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.

Todas as referências monetárias, estão expressas em euros.

6.1 Execução orçamental

6.1.1 Orçamento

a) Orçamento inicial

O orçamento inicial apresenta uma variação positiva de cerca de 0,2 milhões de euros, face ao exercício de 2017.

RECETAS	ORÇAMENTO INICIAL			VARIÇÃO 2018/2017	
	2016	2017	2018	VALOR	%
	Correntes	6 670 835	6 748 138	6 810 000	61 862
Capital	1 185 615	742 190	877 900	135 710	68,65%
Outras			100	100	0,05%
TOTAL	7 856 450	7 490 328	7 688 000	197 672	100,00%

DESPESAS	ORÇAMENTO INICIAL			VARIÇÃO 2018/2017	
	2016	2017	2018	VALOR	%
	Correntes	5 817 875	5 788 000	5 800 000	12 000
Capital	1 638 625	1 702 328	1 888 000	185 672	93,93%
TOTAL	7 456 500	7 490 328	7 688 000	197 672	100,00%

b) Modificações do Orçamento

As modificações orçamentais revelam uma revisão em alta de cerca de 0,2 milhões de euros, passando as previsões corrigidas para o valor de 7.835.950€.

RECETAS		
PREVISIONAL		VARIÇÃO
INICIAL	2018	
7 688 000	7 835 950	147 950

Em termos comparativos, podemos verificar que a execução orçamental teve o desempenho visível nos quadros resumo abaixo.

c) Receitas

Analisada a execução da receita (líquida) no exercício de 2018, o grau de execução da receita é de 94,42%, representando a receita corrente 99% e a receita de capital 53,37%.

RECETAS	PREVISIONAL		2016	PREVISIONAL		2017	PREVISIONAL		2018
	INICIAL	CORRIGIDO		INICIAL	CORRIGIDO		INICIAL	CORRIGIDO	
Correntes	6 670 835	6 710 520	6 592 062	6 748 138	6 748 138	6 414 234	6 810 000	6 848 350	6 779 933
Capital	1 185 615	1 145 930	1 215 299	742 190	4 651 082	4 265 247	877 900	791 100	422 232
Outras		92 014			382 664	382 664	100	196 500	196 451
TOTAL	7 856 450	7 948 464	7 899 374	7 490 328	11 781 884	11 062 145	7 688 000	7 835 950	7 398 616
GRAU DE EXECUÇÃO			99,38%			93,89%			94,42%
Corrente			98,23%			95,05%			99,00%
Capital			106,05%			91,70%			53,37%
Outras			100,00%			100,00%			99,98%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

A execução da receita pelo menos desde os exercícios de 2016 a 2018, ficou acima do limite de 85%, atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, nos termos do disposto no art.º 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que enquadra a Lei das Finanças Locais e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2014.

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	2018		
		DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	GRAU EXECUÇÃO
RECETA CORRENTE	6 810 000	6 848 350	6 779 933	99,00%
Impostos directos	999 300	999 300	1 018 154	101,89%
- IM	713 200	713 200	651 910	91,41%
- IUC	127 350	127 350	137 169	107,71%
- IMT	117 100	117 100	189 453	161,79%
- Derrama	41 650	41 650	39 622	95,13%
Impostos indirectos	18 600	18 600	12 223	65,72%
Taxas, multas e outras penalidades	102 050	85 026	73 723	86,71%
Rendimentos de propriedades	352 900	352 900	352 997	100,03%
Transferências correntes	4 289 200	4 344 574	4 291 758	98,78%
Venda de bens e prestação de serviços	990 800	1 033 850	1 023 292	98,98%
Outras receitas correntes	57 150	14 100	7 787	55,23%
RECETA DE CAPITAL	877 900	791 100	422 232	53,37%
Venda de bens de investimento	17 575	17 575	15 483	88,10%
Transferências de capital	609 540	772 740	406 749	52,64%
Passivos financeiros	250 000			
Outras receitas de capital	785	785		
OUTRAS RECETAS	100	196 500	196 451	99,98%
Reposições não abatidas aos pagamentos	100	100	51	51,23%
Saldo da gerência anterior		196 400	196 400	100,00%
TOTAL GERAL	7 688 000	7 835 950	7 398 616	94,42%

d) **Despesas**

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 90,82%, com a despesa corrente com um grau de execução de 97,25% e a despesa de capital em 67,64%.

DESPESAS	PREVISIONAL		2016	PREVISIONAL		2017	PREVISIONAL		2018
	INICIAL	CORRIGIDO		INICIAL	CORRIGIDO		INICIAL	CORRIGIDO	
Correntes	5 817 875	5 962 379	5 796 861	5 788 000	5 608 180	5 281 680	5 800 000	6 135 450	5 966 706
Capital	1 638 625	1 868 387	1 719 849	1 702 328	6 051 552	5 584 066	1 888 000	1 700 500	1 150 268
TOTAL	7 456 500	7 830 766	7 516 710	7 490 328	11 659 732	10 865 745	7 688 000	7 835 950	7 116 974
GRAU DE EXECUÇÃO			95,99%			93,19%			90,82%
Corrente			97,22%			94,18%			97,25%
Capital			92,05%			92,27%			67,64%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

De seguida apresenta-se a desagregação da despesa pelas classificações mais relevantes:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	GRAU EXECUÇÃO
DESPESA CORRENTE	5 800 000	6 135 450	5 966 706	97,25%
Despesas com pessoal	3 055 890	3 289 286	3 286 236	99,91%
Aquisição de bens e serviços	2 267 899	2 437 843	2 274 906	93,32%
Juros e outros encargos	116 050	113 240	113 026	99,81%
Transferências correntes	359 160	286 479	283 935	99,11%
Outras despesas correntes	1 001	8 603	8 603	100,00%
DESPESA DE CAPITAL	1 888 000	1 700 500	1 150 268	67,64%
Aquisição de bens de capital	832 419	937 904	389 365	41,51%
Transferências de capital	52 472	20 487	19 453	94,95%
Ativos financeiros	44 109	33 109	33 082	99,92%
Passivos financeiros	958 500	708 500	708 369	99,98%
Outras despesas capital	500	500		
TOTAL GERAL	7 688 000	7 835 950	7 116 974	90,82%

e) **Fundos disponíveis**

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual não apresenta situações dignas de relevo.

f) **Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros**

Os compromissos totais assumidos (futuros e por pagar) ascendem ao valor de 9.456.015,59€, dos quais 9.057.829,59€ respeitam a exercícios futuros, com o horizonte temporal abaixo apresentados.

	2018				
	ASSUMIDOS	PAGOS	POR PAGAR	P/PAGAR DO ANO	EXERCÍCIOS FUTUROS
CORRENTES	7 760 250,34	5 966 706,17	1 793 544,17	118 939,24	1 674 604,93
CAPITAL	8 812 739,20	1 150 267,78	7 662 471,42	279 246,76	7 383 224,66
TOTAL	16 572 989,54	7 116 973,95	9 456 015,59	398 186,00	9 057 829,59

2018				
Exercícios futuros	2019	2020	2021	seguintes
TOTAL	1 460 406,74	854 527,31	706 526,54	6 036 369,00
	9 057 829,59			
	16%	9%	8%	67%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

g) Equilíbrio orçamental

Apesar da regra do equilíbrio orçamental se ter alterado, face ao disposto na nova Lei das Finanças Locais, considerámos importante manter a análise anteriormente em vigor, pelo que podemos dizer que em termos globais a receita corrente é superior à despesa corrente (RC > DC).

		2016	2017	2018
<u>RECEITA CORRENTE</u>	=	1,14	1,21	1,14
<u>DESPESA CORRENTE</u>				

Todavia a nova lei das finanças locais, prevê no seu art.º 40º, uma nova definição para efeitos de equilíbrio orçamental.

Efetivamente a partir de 1 de janeiro de 2014, o equilíbrio orçamental é apurado nos seguintes termos:

Receita corrente bruta cobrada
=>
Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

Nestes termos procedeu-se ao apuramento da nova regra de equilíbrio orçamental, apresentando a mesma os valores apresentados no quadro abaixo.

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei.

		31/12/2018
1.	Receita corrente bruta cobrada	6 779 933,01 €
2.	Despesa corrente	5 966 706,17 €
3.	Amortização média de emp.M/L.Prazo	735 384,65 €
4. = 2. + 3.	TOTAL	6 702 090,82 €
5. = 1. - 4.	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	77 842,19 €
6.	Receita corrente líquida (1)	6 779 933,01 €
7. = 6. x 5%	5% do valor da receita corrente totais	338 996,65 €
8. = 5. + 7.	Equilíbrio orçamental	416 838,84 €

CUMPRIMENTO

(1) Considerada como as receitas correntes totais

BASE	PARA	AMORT. MÉDIAS
<=2013	2018	491 078,86
>2014	2018	244 305,79
		735 384,65

Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental, concluímos verificar-se equilíbrio orçamental.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos

No ano de 2018, a execução do PPI atingiu um grau, em termos anuais, de 67,64%, e em termos globais de 6,61%.

	2018							
	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANTERIOR	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
Serv. Gerais Adm.Pública	152 660	1 714 630	1 867 290		139 038	139 038	91,08	7,45
Segurança e Ordem Pública	19 200	117 000	136 200		19 200	19 200	100,00	14,10
Educação	106 650	430 000	536 650		106 190	106 190	99,57	19,79
Saúde	61		61					
Segurança e Ação social	60 535	434 265	494 800					
Habituação e Serviços Coletivos	100 800	1 277 000	1 377 800		80 241	80 241	79,60	5,82
Ser.Culturais,Recreativos e Relegiosos	397 319	955 000	1 352 319		23 179	23 179	5,83	1,71
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	100	20 000	20 100					
Industria e Energia	800	1 745 574	1 746 374					
Transportes e Comunicações	39 575	1 310 500	1 350 075		38 684	38 684	97,75	2,87
Comércio e Turismo	79 965	565 000	644 965		2 032	2 032	2,54	0,32
Outras Funções Económicas	100	100 000	100 100					
Operações da Dívida Autárquica	708 500	6 912 499	7 620 999		708 369	708 369	99,98	9,29
Transferências entre Administrações	1 126	80 000	81 126		253	253	22,44	0,31
Diversas não Especificadas	33 109	33 082	66 191		33 082	33 082	99,92	49,98
TOTAL GERAL	1 700 500	15 694 550	17 395 050	-	1 150 268	1 150 268	67,64	6,61

6.1.3 Execução das ações mais relevantes

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 97,25% e global de 19,36%.

	2018							
	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANTERIOR	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
Serv. Gerais Adm.Pública	3 523 584	13 135 989	16 659 573		3 489 698	3 489 698	99,04	20,95
Segurança e Ordem Pública	50	240 000	240 050					
Educação	640 517	3 090 280	3 730 797		588 858	588 858	91,93	15,78
Segurança e Ação social	165 879	1 066 582	1 232 461		165 663	165 663	99,87	13,44
Habituação e Serviços Coletivos	928 496	3 488 881	4 417 377		862 837	862 837	92,93	19,53
Ser.Culturais,Recreativos e Relegiosos	221 525	870 092	1 091 617		213 111	213 111	96,20	19,52
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	50 350	429 128	479 478		50 121	50 121	99,55	10,45
Industria e Energia	152 829	535 000	687 829		152 574	152 574	99,83	22,18
Comércio e Turismo	205 695	665 620	871 315		201 161	201 161	97,80	23,09
Operações da Dívida Autárquica	113 240	432 400	545 640		113 026	113 026	99,81	20,71
Transferências entre Administrações	133 286	734 489	867 775		129 656	129 656	97,28	14,94
TOTAL GERAL	6 135 450	24 688 461	30 823 911	-	5 966 706	5 966 706	97,25	19,36

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
 Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2 Análise Patrimonial

6.2.1 Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, no triénio 2016 a 2018.

a) Ativo

O ativo líquido ascende a 37.835.756,82€ representando o imobilizado cerca de 98% do ativo total.

Código contas	Ativo	2016		2017		2018		VARIACÃO 2018/2017 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
POCAL								
	Imobilizado:							
	Bens de domínio público							
451	Terrenos e recursos naturais	3 191 238,24	7,93	3 191 238,24	8,17	3 179 765,89	8,40	-0,36
452	Edifícios	10 778 813,84	26,79	10 793 990,02	27,64	10 801 793,69	28,55	0,07
453	Outras construções e infra-estruturas	37 499 720,97	93,19	37 983 328,44	97,26	38 201 737,56	100,97	0,58
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	213 040,64	0,53	213 040,64	0,55	213 040,64	0,56	
445	Imobilizações em curso	87 452,67	0,22	18 414,44	0,05	14 170,94	0,04	-23,04
485	Amortizações acumuladas	-26 138 080,31	-64,95	-27 459 888,03	-70,32	-28 909 229,76	-76,41	5,28
		25 632 186,05	63,70	24 740 123,75	63,35	23 501 278,96	62,11	-5,01
	Imobilizações incorpóreas:							
431	Despesas de instalação	329 508,59	0,82	329 508,59	0,84	329 508,59	0,87	
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	1 989 654,48	4,94	1 989 654,48	5,09	1 998 141,48	5,28	0,43
443	Imobilizações em curso	109 998,83	0,27	109 998,83	0,28	79 391,83	0,21	-27,82
483	Amortizações acumuladas	-2 315 145,81	-5,75	-2 317 191,04	-5,93	-2 319 315,49	-6,13	0,09
		114 016,09	0,28	111 970,86	0,29	87 726,41	0,23	-21,65
	Imobilizações corpóreas:							
421	Terrenos e recursos naturais	869 026,08	2,16	869 026,08	2,23	938 678,84	2,48	8,02
422	Edifícios e outras construções	12 006 557,07	29,84	12 032 479,72	30,81	12 417 384,59	32,82	3,20
423	Equipamento básico	2 078 425,64	5,16	2 148 806,67	5,50	2 160 716,01	5,71	0,55
424	Equipamento de transporte	1 020 649,50	2,54	1 349 961,90	3,46	1 429 010,72	3,78	5,86
425	Ferramentas e utensílios	286 267,52	0,71	290 392,97	0,74	310 849,95	0,82	7,04
426	Equipamento administrativo	669 967,73	1,66	670 070,35	1,72	469 806,91	1,24	-29,89
429	Outras imobilizações corpóreas	453 340,63	1,13	456 729,96	1,17	456 911,44	1,21	0,04
482	Amortizações acumuladas	-4 385 651,54	-10,90	-4 821 860,75	-12,35	-5 019 162,50	-13,27	4,09
		12 998 582,63	32,30	12 995 606,90	33,28	13 164 195,96	34,79	1,30
	Investimentos financeiros:		0,00					
411	Partes de capital	40 746,00	0,10	40 746,00	0,10	36 750,00	0,10	-9,81
412	Obrigações e títulos de participação	308 762,94	0,77	308 762,94	0,79	198 490,50	0,52	-35,71
491	Provisões para investimentos financeiros	-40 746,00	-0,10	-40 746,00	-0,10	-36 750,00	-0,10	-9,81
		308 762,94	0,77	308 762,94	0,79	198 490,50	0,52	-35,71
	Circulante:							
	Existências:							
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	117 993,99	0,29	121 831,18	0,31	114 111,82	0,30	-6,34
39	Provisões para dep.existências					-7 784,51	-0,02	
		117 993,99	0,29	121 831,18	0,31	106 327,31	0,28	-12,73
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:							
212	Contribuinte c/c	24 532,45	0,06	24 650,11	0,06	2 572,03	0,01	-89,57
213	Utentes c/c	150 489,41	0,37	158 588,02	0,41	100 013,05	0,26	-36,94
218	Cientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	89 560,64	0,22	93 620,70	0,24	136 331,45	0,36	45,62
24	Estado e outros entes públicos	27 616,61	0,07	66 677,97	0,17	63 530,38	0,17	-4,72
262+263+267+268	Outros devedores	214 375,88	0,53	188 810,21	0,48	151 566,23	0,40	-19,73
291	Provisões para cobranças duvidosas	-68 643,19	-0,17	-93 620,70	-0,24	-162 864,50	-0,43	73,96
		437 931,80	1,09	438 726,31	1,12	291 148,64	0,77	-33,64
	Depósitos em instit.financieiras e caixa							
12	Depósitos em inst.financieiras	491 048,27	1,22	211 486,83	0,54	341 266,13	0,90	61,37
11	Caixa	5 418,56	0,01	6 738,56	0,02	12 062,95	0,03	79,01
		496 466,83	1,23	218 225,39	0,56	353 329,08	0,93	61,91
	Acréscimos e diferimentos							
271	Acréscimos e proveitos	111 449,24	0,28	80 122,07	0,21	108 747,74	0,29	35,73
272	Custos diferidos	24 232,37	0,06	36 275,48	0,09	24 512,22	0,06	-32,43
		135 681,61	0,34	116 397,55	0,30	133 259,96	0,35	14,49
	Total do ativo	40 241 621,94	100,00	39 051 644,88	100,00	37 835 756,82	100,00	-3,11

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 15.781.155,61€, apurando um resultado líquido negativo de 319.650,05€.

Códigos contas	Fundos próprios	2016		2017		2018		VARIACÃO 2018/2017 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
POCAL								
51	Fundos próprios:							
	Património	20 797 571,29	51,68	20 797 571,29	53,26	20 797 571,29	54,97	
576	Doações					278 611,03	0,74	
577	Reservas decorrentes de transf.de ativos	11 781,45	0,03	11 781,45	0,03	11 781,45	0,03	
59	Resultados transitados	-5 109 630,43	-12,70	-4 883 945,05	-12,51	-4 987 158,11	-13,18	2,11
88	Resultado líquido do exercício	225 685,38	0,56	-14 418,57	-0,04	-319 650,05	-0,84	2 116,93
		15 925 407,69	39,57	15 910 989,12	40,74	15 781 155,61	41,71	-0,82

c) Passivo

O passivo total ascende 22.054.601,21€ (menos 4,69% face a 2017).

Códigos contas	Passivo	2016		2017		2018		VARIACÃO 2018/2017 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
POCAL								
292	Passivo:							
	Provisões para riscos e encargos	890,88		925,49		54 159,95	0,14	5 752,03
		890,88		925,49		54 159,95	0,14	5 752,03
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:							
2312	Dividas a instituições de crédito	7 231 994,40	17,97	6 621 457,51	16,96	5 406 283,71	14,29	-18,35
261	Fornecedores de imobilizado, c/c			95 358,00	0,24	17 726,91	0,21	-81,41
2681	Fundo de Apoio Municipal - Médio/Longo Prazo	176 435,94	0,44	132 326,94	0,34	11 027,25	0,03	-91,67
26887	Outros credores					138 470,60	0,37	
		7 408 430,34	18,41	6 849 142,45	17,54	5 573 508,47	14,73	-18,62
	Dividas a terceiros - Curto prazo:							
2312	Empréstimos de m/l prazo a pagar no curto prazo					506 804,99	1,34	
269	Adiantamentos por conta de vendas					16 519,00	0,04	
221	Fornecedores, c/c	74 441,89	0,18	106 209,89	0,27	33 735,47	0,09	-68,24
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	94 259,41	0,23	126 661,58	0,32	96 331,11	0,25	-23,95
217	Clientes e utentes c/cauções	61 461,69	0,15	10 612,56	0,03	11 863,23	0,03	11,78
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	16 637,89	0,04	76 874,30	0,20	77 631,09	0,21	0,98
24	Estado e outros entes públicos	37 067,00	0,09	22,43		92 163,83	0,24	410 795,36
262+263+267+268	Outros credores	149 585,85	0,37	63 303,85	0,16	48 214,12	0,13	-23,84
216+2615+2685	Cauções e garantias	3 544,97	0,01	11 190,31	0,03	12 400,05	0,03	16,84
		436 998,70	1,09	383 684,61	0,98	895 662,89	2,37	133,44
	Acréscimos e diferimentos							
273	Acréscimos de custos	470 754,12	1,17	486 301,07	1,25	600 293,61	1,59	23,44
274	Proveitos diferidos	15 999 140,21	39,76	15 420 602,14	39,49	14 930 976,29	39,46	-3,18
		16 469 894,33	40,93	15 906 903,21	40,73	15 531 269,90	41,05	-2,36
	Total do passivo	24 316 214,25	60,43	23 140 655,76	59,26	22 054 601,21	58,29	-4,69
	Total dos fundos próprios e do passivo	40 241 621,94	100,00	39 051 644,88	100,00	37 835 756,82	100,00	-3,11

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

d) Endividamento

Apesar do passivo ascender ao montante acima apurado, tal não significa dizer que a dívida assume a expressão do valor indicado.

Efetivamente a dívida do Município totaliza cerca de **6,4 milhões de euros**, já que as provisões para riscos e encargos, os acréscimos e diferimentos, o FAM e o valor das operações de tesouraria não representam dívida. Acresce referir a redução de cerca de 0,7 milhões de euros no valor da dívida do Município face ao ano anterior.

	31/12/2018	31/12/2017
TOTAL PASSIVO	22 054 601	23 140 656
(-) PROVISÕES	54 160	925
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	15 531 270	15 906 903
(-) FAM	33 082	176 436
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	71 687	21 825
TOTAL DA DÍVIDA	6 364 403	7 034 566

Em termos de conclusão da dívida para com Terceiros é nossa opinião, que merece atento controlo e acompanhamento. Para o efeito contribuirá uma gestão adequada da dívida, enquadrada pelas restrições impostas pela lei, nomeadamente: - Lei das Finanças Locais; - Lei do Orçamento do Estado; - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; e – Outros normativos reguladores dos anteriores e da atividade autárquica.

Realçamos, ainda, que devem ser atendidos os requisitos necessários à aplicação das exigências quanto ao apuramento dos Fundos Disponíveis, e ao enquadramento dos Compromissos dentro dos limites apurados para o efeito. Efetivamente, hoje não basta que a despesa tenha cabimento orçamental, que se assuma o seu pagamento em data possível, sem que antes se verifique a existência de Fundos Disponíveis.

O ciclo da despesa mantém-se igual ao que se encontrava definido e em vigor antes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, com exceção do momento em que a garantia do seu pagamento se encontra assumido. O referido momento viu-se antecipado para o momento da assunção do compromisso, em detrimento do momento de pagamento.

É imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo¹; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes e de essencial importância para o controlo.

Estamos certos que esta será uma preocupação do Órgão Executivo e dos Responsáveis da Área Financeira.

A apreciação da dívida total do Município será apresentada no ponto 7.2) deste relatório.

¹ Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2.2 Demonstração dos resultados

A Demonstração dos resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo verificar-se a sua comparabilidade no triénio de 2016 a 2018:

Custos e perdas		2016		2017		2018		VARIAÇÃO
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	2018/2017 (%)
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	882 110,48	11,33	886 824,14	11,73	912 536,28	11,73	2,90
62	Fornecimentos e serviços externos	1 408 094,16	18,09	1 500 840,57	19,85	1 495 525,68	19,22	-0,35
63	Transf.subs. correntes conced. e prest.sociais	258 487,12	3,32	245 039,15	3,24	174 208,16	2,24	-28,91
64	Custos com o pessoal	2 707 080,01	34,77	2 829 833,00	37,43	3 346 869,41	43,02	18,27
66	Amortizações do exercício	2 108 755,59	27,09	1 779 776,96	23,54	1 798 736,70	23,12	1,07
67	Provisões do exercício	11 481,92	0,15	32 741,34	0,43	130 262,77	1,67	297,85
65	Outros custos perdas operacionais	32 177,75	0,41	33 101,56	0,44	33 150,10	0,43	0,15
	(A) Custos e perdas operacionais	7 408 187,03	95,16	7 308 156,72	96,67	7 891 289,10	101,43	7,98
68	Custos e perdas financeiros	142 107,60	1,83	128 893,89	1,70	112 280,27	1,44	-12,89
	(C) Custos e perdas financeiras	142 107,60	1,83	128 893,89	1,70	112 280,27	1,44	-12,89
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES	7 550 294,63	96,98	7 437 050,61	98,37	8 003 569,37	102,88	7,62
69	Custos e perdas extraordinários	9 250,38	0,12	137 391,28	1,82	95 819,85	1,23	-30,26
	(E) Custos e perdas extraordinários	9 250,38	0,12	137 391,28	1,82	95 819,85	1,23	-30,26
88	Resultado líquido do exercício	225 685,38	2,90	-14 418,57	-0,19	-319 650,05	-4,11	2 116,93
	TOTAL GERAL	7 785 230,39	100,00	7 560 023,32	100,00	7 779 739,17	100,00	2,91

Proveitos e ganhos		2016		2017		2018		VARIAÇÃO
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	2018/2017 (%)
71	Vendas e prestações de serviços	1 262 318,22	16,21	1 244 259,75	16,46	1 225 092,39	15,75	-1,54
72	Impostos e taxas	1 164 814,84	14,96	1 057 808,01	13,99	1 136 102,79	14,60	7,40
75	Trabalhos para a própria entidade	211 639,56	2,72	176 368,27	2,33	173 243,48	2,23	-1,77
74	Transf. e subsídios obtidos	4 276 674,99	54,93	4 356 508,04	57,63	4 639 559,95	59,64	6,50
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	6 915 447,61	88,83	6 834 944,07	90,41	7 173 998,61	92,21	4,96
	(D) Proveitos e ganhos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	6 915 447,61	88,83	6 834 944,07	90,41	7 173 998,61	92,21	4,96
79	Proveitos e ganhos extraordinários	869 782,78	11,17	725 079,25	9,59	605 740,56	7,79	-16,46
	(F) Proveitos e ganhos extraordinários	869 782,78	11,17	725 079,25	9,59	605 740,56	7,79	-16,46
	TOTAL GERAL	7 785 230,39	100,00	7 560 023,32	100,00	7 779 739,17	100,00	2,91

RESUMO:		2016	%	2017	%	2018	%	VARIAÇÃO
								2018/2017 (%)
	Resultados operacionais (B) - (A)	-492 739,42	-6,33	-473 212,65	-6,26	-717 290,49	-9,22	51,58
	Resultados financeiros (D) - (C)	-142 107,60	-1,83	-128 893,89	-1,70	-112 280,27	-1,44	-12,89
	Resultados correntes (B+D) - (A+C)	-634 847,02	-8,15	-602 106,54	-7,96	-829 570,76	-10,66	37,78
	Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)	225 685,38	2,90	-14 418,57	-0,19	-319 650,05	-4,11	2 116,93

O resultado líquido apresenta-se negativo de 319.650,05€ e decorre da existência de resultados operacionais e financeiros negativos, compensados com os resultados extraordinários, que foram positivos no exercício.



6.3 Sistema contabilístico

6.3.1 Imobilizações

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área das imobilizações.

Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico, dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2018.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento. Foram ainda analisadas as variações mais significativas.

a) Bens de domínio público

CONTA					Varição
		2016	2017	2018	2018/2017
Bens de domínio público					
451	Terrenos e recursos naturais	3 191 238,24	3 191 238,24	3 179 765,89	-11 472,35
452	Edifícios	10 778 813,84	10 793 990,02	10 801 793,69	7 803,67
453	Outras construções e infra-estruturas	37 499 720,97	37 983 328,44	38 201 737,56	218 409,12
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	213 040,64	213 040,64	213 040,64	
445	Imobilizações em curso	87 452,67	18 414,44	14 170,94	-4 243,50
485	Amortizações acumuladas	-26 138 080,31	-27 459 888,03	-28 909 229,76	-1 449 341,73
TOTAL		25 632 186,05	24 740 123,75	23 501 278,96	-1 238 844,79

Os bens de domínio público (#45), em termos líquidos, variaram conforme acima se apresenta. O relatório detalha as movimentações ocorridas.

b) Imobilizado incorpóreo

Quanto às imobilizações incorpóreas, verifica-se a seguinte evolução:

CONTA					Varição
		2016	2017	2018	2018/2017
Imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas de instalação	329 508,59	329 508,59	329 508,59	
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	1 989 654,48	1 989 654,48	1 998 141,48	8 487,00
443	Imobilizações em curso	109 998,83	109 998,83	79 391,83	-30 607,00
483	Amortizações acumuladas	-2 315 145,81	-2 317 191,04	-2 319 315,49	-2 124,45
TOTAL		114 016,09	111 970,86	87 726,41	-24 244,45

c) **Imobilizado corpóreo**

As imobilizações corpóreas (#42) discriminam-se da seguinte forma:

CONTA					Varição
		2016	2017	2018	2018/2017
Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	869 026,08	869 026,08	938 678,84	69 652,76
422	Edifícios e outras construções	12 006 557,07	12 032 479,72	12 417 384,59	384 904,87
423	Equipamento básico	2 078 425,64	2 148 806,67	2 160 716,01	11 909,34
424	Equipamento de transporte	1 020 649,50	1 349 961,90	1 429 010,72	79 048,82
425	Ferramentas e utensílios	286 267,52	290 392,97	310 849,95	20 456,98
426	Equipamento administrativo	669 967,73	670 070,35	469 806,91	-200 263,44
429	Outras imobilizações corpóreas	453 340,63	456 729,96	456 911,44	181,48
482	Amortizações acumuladas	-4 385 651,54	-4 821 860,75	-5 019 162,50	-197 301,75
TOTAL		12 998 582,63	12 995 606,90	13 164 195,96	168 589,06

As variações encontram-se adequadamente divulgadas.

d) **Investimentos financeiros**

O total dos investimentos financeiros líquidos, ascendem a 198.490,50€. O valor das partes de capital encontra-se ajustado face ao risco identificado com a participação na empresa EDC – Mármore S.A., a qual se encontra em processo de insolvência. Também as participações nas entidades CEVALOR e ESTER foram anuladas, dado o processo de liquidação ocorrido no exercício. Estas participações já se encontravam ajustadas, uma vez que já se tinha procedido à constituição de provisão para o risco de não recuperabilidade do investimento.

CONTA					Varição
		2016	2017	2018	2018/2017
411	Partes de capital	40 746,00	40 746,00	36 750,00	-3 996,00
412	Obrigações e títulos de participação	308 762,94	308 762,94	198 490,50	-110 272,44
491	Provisões para investimentos financeiros	-40 746,00	-40 746,00	-36 750,00	3 996,00
TOTAL		308 762,94	308 762,94	198 490,50	-110 272,44

As participações sociais são então as seguintes:

	2016	2017	2018	PROVISÕES 31/12/2018
- EDC - Mármore S.A.	36 750,00	36 750,00	36 750,00	36 750,00
- ESTER	2 500,00	2 500,00		
- CEVALOR	1 496,40	1 496,40		
- FAM	308 763,00	308 763,00	198 490,50	
- PROVISÕES	-40 746,40	-40 746,40	-36 750,00	
	308 763,00	308 763,00	198 490,50	36 750,00



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Encontra-se registada desde 2015, a subscrição de unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal, de acordo com a legislação subjacente à criação do referido fundo. A subscrição e realização desta participação tem vindo a ser efetuada nos termos acordados, conforme plano seguinte:

		CAPITAL NO INÍCIO	PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM	
CUMPRIDO	2014	308 762,94			
	2015	308 762,94	22 054,50	286 708,44	# 268126
		286 708,44	22 054,50	264 653,95	# 268126
	2016	264 653,95	22 054,50	242 599,45	# 268126
		242 599,45	22 054,51	220 544,95	# 268126
	2017	220 544,95	22 054,51	198 490,44	# 268126
		198 490,44	22 054,51	176 435,94	# 268126
	2018	176 435,94			
		-110 272,44		66 163,50	
		66 163,50	16 540,88	49 622,62	
49 622,62		16 540,88	33 081,75	# 268126	
PAGAMENTOS FUTUROS	2019	33 081,75	11 027,25	22 054,50	
		22 054,50	11 027,25	11 027,25	
	2020	11 027,25	11 027,25		

Curto Prazo	22 054,50	A PAGAR EM 2019
Médio longo prazo	11 027,25	A PAGAR EM 2020
	33 081,75	

No relatório de gestão estão divulgadas as referências necessárias aos investimentos financeiros.

e) **Amortizações acumuladas**

As amortizações do exercício têm vindo a ser contabilizadas mensalmente, verificando-se as seguintes oscilações:

POCAL		2017	AUMENTO	REGULARIZAÇÕES /ABATES	2018	Varição
		Valor	Valor 66/683	Valor	Valor	2018/2017
Bens de domínio público:						
4851	Terrenos e recursos naturais					
4852	Edifícios	3 589 870,29	175 182,14		3 765 052,43	175 182,14
4853	Outras construções e infra-estruturas	23 866 086,80	1 184 319,57	-88 794,48	25 139 200,85	1 273 114,05
4855	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	3 930,94	1 045,54		4 976,48	1 045,54
		27 459 888,03	1 360 547,25	-88 794,48	28 909 229,76	1 449 341,73
Imobilizações incorpóreas:						
431	Despesas de instalação	329 508,59			329 508,59	
4832	Despesas de invest.e de desenvolvimento	1 987 682,45	2 124,45		1 989 806,90	2 124,45
		2 317 191,04	2 124,45	-	2 319 315,49	2 124,45
Imobilizações corpóreas:						
4822	Edifícios e outras construções	1 004 727,94	155 281,65		1 160 009,59	155 281,65
4823	Equipamento básico	1 736 680,80	144 970,24	35 158,01	1 846 493,03	109 812,23
4824	Equipamento de transporte	857 921,35	91 477,27		949 398,62	91 477,27
4825	Ferramentas e utensílios	276 923,17	6 123,13		283 046,30	6 123,13
4826	Equipamento administrativo	664 301,46	3 518,07	203 091,72	464 727,81	-199 573,65
4829	Outras imobilizações corpóreas	281 306,03	34 694,64	513,52	315 487,15	34 181,12
		4 821 860,75	436 065,00	238 763,25	5 019 162,50	197 301,75
TOTAL		34 598 939,82	1 798 736,70	149 968,77	36 247 707,75	1 648 767,93

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

f) **Imobilizações em curso**

No decorrer do exercício económico, as imobilizações em curso sofreram as seguintes oscilações:

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
	Imobilizações em curso				
44.3	Imobilizações Incorporeas	109 998,83	109 998,83	79 391,83	-30 607,00
44.5.3	Rede viária	73 281,73			
44.5.5	CAMINHO FERRO/ECOPISTA	14 170,94	14 170,94	14 170,94	
44.5.9	Outros		4 243,50		-4 243,50
TOTAL		197 451,50	128 413,27	93 562,77	-34 850,50

Recomenda-se a revisão à obra do caminho de ferro/ecopista, visto que o valor se mantém sem alterações no triénio.

6.3.2 Existências

Trabalho efetuado

- Acompanhamento e apreciação dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação dos critérios de valorimetria;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área das existências.

Comentários

- a) O valor líquido das existências ascende a 106.327,31€, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
36	Existências:				
	Matérias-primas, subsidiarias e de consumo	117 993,99	121 831,18	114 111,82	-7 719,36
39	Provisões para depreciação de existências			-7 784,51	-7 784,51
TOTAL		117 993,99	121 831,18	106 327,31	-15 503,87

Realçamos a importância do movimento global das compras e armazéns. Esta área merece acompanhamento, de forma a permitir o seu adequado controlo. Assim, para que possa existir conciliação mensal dos valores registados em compras e em armazéns, é necessário que as faturas sejam registadas atempadamente e dentro dos períodos a que respeitam.

- b) No final do exercício de 2018, foram realizadas contagens físicas aos armazéns, tendo-se posteriormente registado e contabilizado o inventário final, através das listagens de existências valorizadas, com referência a 31 de dezembro.
- c) Foi constituída uma provisão para depreciação de existências, face ao risco de não rotatividade de bens.
- d) Os documentos de prestação de contas apresentam o apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.



6.3.3 Dívidas de terceiros

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área das dívidas a receber.

Comentários

- a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 291.148,64€, discriminado conforme se segue:

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
21	Clientes/Contribuintes/Utentes	264 582,50	276 858,83	238 916,53	
212	- Contribuintes c/c	24 532,45	24 650,11	2 572,03	-22 078,08
213	- Utentes c/c	150 489,41	158 588,02	100 013,05	-58 574,97
218	- Cobrança Duvidosa	89 560,64	93 620,70	136 331,45	42 710,75
24	Estado e outros entes publicos	27 616,61	66 677,97	63 530,38	-3 147,59
26	Outros Devedores	214 375,88	188 810,21	151 566,23	
2688	Outros devedores	214 375,88	188 810,21	151 566,23	-37 243,98
291	Provisões	-68 643,19	-93 620,70	-162 864,50	-69 243,80
TOTAL		437 931,80	438 726,31	291 148,64	-147 577,67

6.3.4 Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das conciliações bancárias efetuadas pelo Município;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2018;
- Apreciação das contagens de final de exercício, quanto ao procedimento de Balanço à Tesouraria;
- Apreciação do mapa de Fluxos de caixa, com referência a 31/12/2018;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área de disponibilidades.

Comentários

- a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:

		2016	2017	2018
11	Caixa	5 418,56	6 738,56	12 062,95
12	Depósitos em inst.financeiras	491 048,27	211 486,83	341 266,13
TOTAL		496 466,83	218 225,39	353 329,08

- b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades, não existindo factos a registar.

	2016	2017	2018
- Execução orçamental	382 664,08	196 400,09	281 642,00
- Operações de tesouraria	113 802,75	21 825,30	71 687,08
Saldo da gerência	496 466,83	218 225,39	353 329,08

- c) Foram analisadas as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade e cujo resumo se apresenta na prestação de contas do exercício.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 133.259,96€, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
27	Acréscimos e diferimentos				
27.1	- Acréscimos de proveitos	111 449,24	80 122,07	108 747,74	
	- Outros acréscimos de proveitos	111 449,24	80 122,07	108 747,74	28 625,67
27.2	- Custos diferidos	24 232,37	36 275,48	24 512,22	
	- Outros custos diferidos	24 232,37	36 275,48	24 512,22	-11 763,26
TOTAL		135 681,61	116 397,55	133 259,96	16 862,41

- A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam da seguinte forma:

- **Acréscimos de proveitos (#27.1):**
 - ✓ Receita de IMT, IMI, e IUC recebidos em 2019 e que respeitam ao ano de 2018;
 - ✓ Faturação de água do mês de dezembro de 2018, faturada em janeiro de 2019; e
 - ✓ Projetos executados com pedidos de pagamento ainda por efetuar.
- Os **custos diferidos** respeitam a apólices de seguros, pagos em termos orçamentais em 2018, embora para efeitos patrimoniais a sua afetação a gastos deve ser efetuada em 2019.

6.3.6 Fundos próprios

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das conciliações efetuadas;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área de fundos próprios.

Comentários

- a) As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	Saldo inicial 01/01/2018	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Outros movimento	Saldo final 31/12/2018
51 - Património	20 797 571,29				20 797 571,29
57 - Reservas :	11 781,45			278 611,03	290 392,48
576 - Doações				278 611,03	278 611,03
577 - Reservas dec.transf.ativos	11 781,45				11 781,45
59 - Resultados transitados	-4 883 945,05	-14 418,57		-88 794,49	-4 987 158,11
88 - Resultados líquido do exercício	-14 418,57	14 418,57	-319 650,05		-319 650,05
TOTAL	15 910 989,12	-	-319 650,05	468 427,57	15 781 155,61



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.7 Passivo antes de acréscimos e diferimentos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das reconciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área de dívidas a terceiros.

Comentários

a) O valor do passivo sem acréscimos e diferimentos ascende a 6.523.331,31 €. Destaca-se a oscilação negativa dos empréstimos bancários (#23).

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
216	Depósitos à ordem do fornecedor	10 160,97	10 160,97	10 160,97	
217	Clientes e Utentes c/Cauções	61 461,69	10 612,56	11 863,23	1 250,67
22	Fornecedores	168 701,30	232 871,47	130 066,58	
221	- Fornecedores C/C	74 441,89	106 209,89	33 735,47	-72 474,42
228	- Fornecedores faturas em receção conf.	94 259,41	126 661,58	96 331,11	-30 330,47
23	Empréstimos Obtidos	7 231 994,40	6 621 457,51	5 913 088,70	-708 368,81
24	Estado e Outros Entes Públicos	37 067,00	22,43	92 163,83	92 141,40
25	Credores p/Execução do Orçamento				
26	Outros Credores	336 043,68	357 702,12	311 828,05	
2613	- Fornecedores de imobilizado - Leasing	16 637,89	172 232,30	95 358,00	-76 874,30
263	- Sindicatos	1 568,12		1 777,06	1 777,06
2681	- Credores diversos	220 544,94	176 435,94	33 081,75	-143 354,19
2685	- Cred.p/operações de tesouraria	3 544,97	1 029,34	2 239,08	1 209,74
2688	- Credores diversos	93 747,76	8 004,54	162 853,16	154 848,62
269	- Adiantamentos por conta de vendas			16 519,00	16 519,00
29	Provisões	890,88	925,49	54 159,95	53 234,46
TOTAL		7 846 319,92	7 233 752,55	6 523 331,31	-710 421,24

b) As contas de Fornecedores c/c e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto, tendo sido efetuada circularização a um número de terceiros aceitável. As diferenças apuradas encontram-se analisadas.

c) A conciliação da conta respeitante a contrato de leasing, foi efetuada com o Mapa de Responsabilidades de Crédito, obtido através do Banco de Portugal, à data de 31/12/2018.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

d) O pagamento das amortizações dos empréstimos tem vindo a ser cumprido, apresentando-se o valor dos mesmos conforme quadro seguinte:

CONTA		2017	DIMINUIÇÕES	2018	A PAGAR EM 2019	A PAGAR EM ANOS SEQUINTE	GARANTIAS
23	Empréstimos Obtidos						
	CGD						
	EMP N.º 0165000482991	99 144,90	14 163,56	84 981,34	14 163,56	70 817,78	441 702,00
	EMP N.º 9015003022291	105 844,58	105 844,58				
	EMP N.º 915004546791	25 434,03	25 434,03				
	EMP N.º 901500521991	21 455,54	5 363,88	16 091,66	5 363,88	10 727,78	67 000,00
	BPI						
	EMP N.º 2128372830007	165 454,43	41 363,62	124 090,81	41 481,10	82 609,71	518 000,00
	SANTANDER						
	EMP N.º 000024764425001	1 223 152,20	78 913,04	1 144 239,16	78 913,04	1 065 326,12	
	EMP N.º 78101120112001250958	3 908 892,71	244 305,78	3 664 586,93	244 305,79	3 420 281,14	
	BES/NB						
	EMP N.º 0770030585	860 869,52	52 173,92	808 695,60	52 174,42	756 521,18	1 200 000,00
	DGTF						
	PREDE	211 209,60	140 806,40	70 403,20	70 403,20		
	TOTAL	6 621 457,51	708 368,81	5 913 088,70	506 804,99	5 406 283,71	2 226 702,00

O saldo final dos empréstimos foi conciliado com base no mapa de responsabilidades do Banco de Portugal, e com a circularização à Direção Geral de Tesouro e Finanças. O mapa de empréstimos incluído na prestação de contas está de acordo com os valores apurados contabilisticamente.

e) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue:

CONTA		2016	2017	2018
24	Estado e Outros Entes Públicos			
242	- Retenção de impostos s/rendimento	18 111,00	22,43	18 660,47
24212	Trabalho dependente	14 436,00		18 497,00
24222	Trabalho independente	2 071,00	22,43	163,47
244	- Restantes impostos	161,00		
245	- Contribuições p/Seg.Social	19 023,00		73 503,36
249	- Outras Tributações	162,29		
	TOTAL	37 457,29	22,43	92 163,83

O pagamento de impostos retidos, no final do exercício encontrava-se efetuado. Foram conciliados os valores das retenções de impostos s/rendimento e restantes impostos com o portal das Finanças.

f) Os outros credores espelham o valor de 155.837,37 € em dívida resultante dos encargos com a doação do Palácio Alvarez.

6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- a) O valor dos acréscimos e diferimentos passivos ascendem a 15.531.269,90 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
27	Acréscimos e diferimentos				
27.3	- Acréscimos de custos	470 754,12	486 301,07	600 293,61	
	- Remunerações a liquidar	333 124,40	360 440,65	421 271,40	60 830,75
	- Juros a liquidar	20 234,61	23 243,11	21 318,19	-1 924,92
	-Outros acréscimos de custos	117 395,11	102 617,31	157 704,02	55 086,71
27.4	- Proveitos diferidos	15 999 140,21	15 420 602,14	14 930 976,29	
	- Subsídios para investimento	15 997 440,21	15 418 902,14	14 929 276,29	-489 625,85
	- Outros proveitos diferidos	1 700,00	1 700,00	1 700,00	
TOTAL		16 469 894,33	15 906 903,21	15 531 269,90	-375 633,31

- b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes a:

- **Acréscimos de custos (#27.3):**
 - ✓ Remunerações respeitantes ao ano de 2018, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2019, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas;
 - ✓ Valor de juros a liquidar, respeitantes aos empréstimos bancários;
 - ✓ Encargos de cobrança dos impostos de dezembro de 2018, recebidos em janeiro de 2019;
 - ✓ Consumos do ano de 2018, apenas faturados em 2019;
 - ✓ Visto de contas, pelo Tribunal de Contas.

- **Proveitos diferidos (#27.4):**

Os subsídios ao investimento estão diferidos:

CONTA						
		2016	2017	AUMENTOS	REPOSIÇÃO	2018
27	Acréscimos e diferimentos					
	Cooperação Técnica e Financeira			50 239,44		50 239,44
	Comparticipação FEDER - Capital	13 879 534,25	13 332 859,56		518 713,80	12 814 145,76
	Comparticipação FEOGA	297 689,59	297 689,59			297 689,59
	Comparticipação Interreg	245 646,93	242 683,28		2 963,67	239 719,61
	Comparticipação URBCOM	136 622,52	125 144,03		11 478,49	113 665,54
	PIDDAC	547 219,56	529 798,32		11 226,08	518 572,24
	Comparticipação Fundo Eficiência Energética			4 669,18	152,43	4 516,75
	Outros	890 727,36	890 727,36			890 727,36
TOTAL		15 997 440,21	15 418 902,14	54 908,62	544 534,47	14 929 276,29

A reposição de subsídios foi efetuada, sendo a transferência contabilizada em resultados do exercício, proporcionalmente às amortizações do imobilizado. Propõe-se a desagregação das contas por projetos, uma vez que as mesmas se encontram aglomeradas por tipo.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.9 Provisões e contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2018;
- Solicitação de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso a Advogados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área de provisões e contingências.

Comentários

- (1) As provisões referentes a elementos patrimoniais ativos (#29, #39.6 e # 49) sofreram a seguinte oscilação:

CONTA		2017	AUMENTOS	2018
29	Provisões			
29.1	Para cobranças duvidosas	93 620,70	69 243,80	162 864,50
TOTAL		93 620,70	69 243,80	162 864,50

39	Provisões p/ dep.existências			
39.6	Mat.Primas Sub.Consumo		7 784,51	7 784,51
TOTAL		-	7 784,51	7 784,51

49	Provisões p/ invest.finan.			
	Partes de capital	40 746,00	3 996,40	36 750,00
TOTAL		40 746,00	3 996,40	36 750,00

CONTA		2017	AUMENTOS	2018
29	Provisões			
29.2	Para riscos e encargos	925,49	53 234,46	54 159,95
TOTAL		925,49	53 234,46	54 159,95

TOTAL		135 292,19	134 259,17	261 558,96
--------------	--	-------------------	-------------------	-------------------

- c) Para reforço de provisão para cobrança duvidosa, foi tido em conta as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o montante anual acumulado foi determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% Para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% Para dívidas em mora há mais de 12 meses.

- d) As provisões referentes a riscos e encargos cobrem os processos identificados em contencioso, descritos no relatório.

- e) No final do exercício de 2018, ocorreu um acontecimento grave, resultante do desabamento da «Estrada das Pedreiras», sobre uma pedreira, do qual resultaram 5 mortes.

Este facto encontra-se relatado no Relatório de Gestão, no ponto VIII. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO. O acidente ocorreu no final do exercício de 2018, sendo espelhados os seus efeitos ao nível do orçamento corrigido, relatando ainda o valor dos encargos conhecidos à data do relatório, materializados nos anos de 2018 e 2019.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

À data do encerramento das contas, não se encontra concluído o processo judicial, no qual serão decididas as responsabilidades e indemnizações decorrentes do acidente.

O assunto foi abordado em sede do nosso trabalho, com o Órgão Executivo e, ponderado que foi o enquadramento contabilístico a dar ao processo, foi entendido proceder à sua divulgação como passivo contingente, visto que, não se configurou a possibilidade de constituição de provisão.

Recomenda-se o acompanhamento do processo, de forma a atempadamente e com fiabilidade, vir a ser dado o tratamento adequado, face à evolução e decisão que vier a recair sobre o acontecimento.

6.3.10 Custos e perdas

Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (#61) reflete valores relativos às seguintes rubricas:

	2016	2017	2018
Água	505 790,54	491 667,84	463 524,25
Outras mercadorias	2 214,00	1 205,40	2 125,44
Gasóleo	94 681,63	100 317,93	113 142,05
Gasolina	437,67		2 839,78
Óleos e lubrificantes	4 386,52	4 220,35	3 165,84
Gás	53 207,85	53 596,77	60 112,63
Outros combustíveis	159,90	175,44	258,30
Ferramentas e Utensílios	2 829,78	6 885,49	2 911,11
Artigos Higiene e Limpeza	16 667,99	17 681,80	17 199,76
Materiais de Construção	48 521,78	50 257,07	33 776,21
Material de Escritório	8 711,01	7 809,14	10 150,57
Artigos de conservação e reparação	56 875,57	54 827,82	52 534,00
Bens alimentares	25 983,70	28 776,26	73 128,34
Vestuário e artigos pessoais	6 253,27	7 631,56	6 492,58
Outros	55 389,27	61 771,27	71 175,42
TOTAL	882 110,48	886 824,14	912 536,28

O apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, apresentado no relatório encontra-se conciliado com os valores expressos no balancete final, bem como com o valor da demonstração dos resultados.

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	TOTAL
Existências iniciais		121 831,18	121 831,18
Compras	465 649,69	437 214,75	902 864,44
Regularização de existências		1 952,48	1 952,48
Existências finais		114 111,82	114 111,82
CMVMC	465 649,69	446 886,59	912 536,28



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

CONTA					Variação	%
		2016	2017	2018	2018/2017	2018/2017
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS					
	Electricidade	137 083,68	123 867,03	122 646,54	-1 220,49	8,20%
	Combustíveis	4 973,76	6 914,88	2 859,93	-4 054,95	0,19%
	Água			10 012,97	10 012,97	0,67%
	Outros fluídos	34,99		7,56	7,56	
	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	71,64	194,79	125,85	-68,94	0,01%
	Material de escritório	139,00	26,16	12,92	-13,24	
	Ofertas	784,00	940,64	230,75	-709,89	0,02%
	Rendas e alugueres	51 949,01	78 948,11	94 478,11	15 530,00	6,32%
	Livros e material escolares	350,68	791,70	1 268,14	476,44	0,08%
	Despesas de representação	10,00	500,00		-500,00	
	Comunicação	38 382,29	38 909,72	40 920,97	2 011,25	2,74%
	Seguros	27 079,03	27 415,87	30 741,60	3 325,73	2,06%
	Deslocações e estadas	3 662,44	3 074,70	4 660,10	1 585,40	0,31%
	Honorários	92 322,73	105 319,20	66 397,07	-38 922,13	4,44%
	Contencioso e notariado	450,29	555,29	176,50	-378,79	0,01%
	Conservação e reparação	40 839,20	49 495,80	72 032,30	22 536,50	4,82%
	Publicidade e propaganda	3 159,87	5 107,45	8 248,92	3 141,47	0,55%
	Limpeza higiene e conforto	7 635,50	3 394,40	4 551,00	1 156,60	0,30%
	Vigilância e segurança	7 668,08	7 117,74	9 881,62	2 763,88	0,66%
	Trabalhos especializados	584 838,97	596 659,87	580 758,21	-15 901,66	38,83%
	Encargos de cobrança	35 597,53	28 042,14	33 283,81	5 241,67	2,23%
	Outros fornecimentos e serviços	371 061,47	423 565,08	412 230,81	-11 334,27	27,56%
TOTAL		1 408 094,16	1 500 840,57	1 495 525,68	-5 314,89	100,00%

Os fornecimentos e serviços externos assumem um valor próximo do ano anterior. As rubricas de maior peso na estrutura da conta e de variação positiva de maior relevo encontram-se assinaladas.

Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS

A conta de transferências e subsídios correntes, face ao ano transato, oscilou negativamente em 281.605,40€:

CONTA					Variação
		2016	2017	2018	2018/2017
63	TRANSF.SUBS.CORR.CONCED.PREST.SOCIAIS				
631	Transf. correntes concedidas	238 118,65	245 039,15	174 208,16	-70 830,99
632	Subsídios correntes concedidos	20 368,47			
TOTAL		258 487,12	245 039,15	174 208,16	-70 830,99

A despesa paga apresentada na classificação económica da contabilidade orçamental, encontra-se consolidada com o mapa apresentado na conta de gerência.

Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal variaram positivamente, no montante de 517.036,41€, conforme segue:

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
64	CUSTOS COM O PESSOAL				
641	Rem.membros Órgãos Autárquicos	95 721,24	97 506,36	143 034,50	45 528,14
642	Custos com o pessoal				
	- Remuneração base	1 741 269,92	1 853 032,93	2 132 000,25	278 967,32
	- Suplementos remunerações	240 570,12	261 745,77	306 341,85	44 596,08
	- Prestações sociais directas	17 630,66	16 786,03	19 277,81	2 491,78
643	Pensões	952,11	243,35	4 004,38	3 761,03
645	Encargos sobre remunerações	509 938,27	488 983,74	578 085,44	89 101,70
646	Seguros acidentes trabalho doenç.prof.	27 160,32	34 407,17	46 067,89	11 660,72
648	Outros custos com o pessoal	73 837,37	77 127,65	118 057,29	40 929,64
TOTAL		2 707 080,01	2 829 833,00	3 346 869,41	517 036,41

Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados.

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal (#64.2 – Suplementos de remunerações), verificam-se as seguintes oscilações:

				Variação 2018/2017
	2016	2017	2018	
Suplementos remunerações				
Trabalho extraordinário	31 686,65	40 615,96	57 365,89	16 749,93
Trabalho em reg.turnos		3 576,01	5 799,66	2 223,65
Abonos para falhas	2 769,46	3 699,71	4 823,19	1 123,48
Subsídio Refeição	141 025,29	162 599,85	189 825,41	27 225,56
Ajudas de custo	9 968,92	7 347,76	7 501,90	154,14
Outros suplementos	55 119,80	43 906,48	41 025,80	-2 880,68
TOTAL	240 570,12	261 745,77	306 341,85	44 596,08

Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Apresenta uma variação adequada. Procedemos a testes de confirmação, através de cálculos aritméticos, considerando o CIBE- Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, que define as taxas de amortização a aplicar.

Conta 67 – PROVISÕES DO EXERCÍCIO

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO				
671	Para cobranças duvidosas	11 447,19	32 706,73	69 243,80	36 537,07
672	Para riscos e encargos	34,73	34,61	53 234,46	53 199,85
673	Para depreciação de existências			7 784,51	7 784,51
TOTAL		11 481,92	32 741,34	130 262,77	97521,43

As provisões registadas no ano correspondem ao reforço para efeitos de cobertura dos riscos associados a clientes, utentes e contribuintes, para outros riscos e encargos e para prováveis perdas em existências.



Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Procedemos ao controlo dos juros dos empréstimos, por cruzamento com o mapa de empréstimos apresentado na conta de gerência, não se tendo detetado incorreções. Encontra-se discriminado o total dos juros suportados conforme segue.

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS				
681	Juros Suportados	141 059,79	127 783,77	111 090,86	-16 692,91
688	Outros custos e perdas financeiros	1 047,81	1 110,12	1 189,41	79,29
TOTAL		142 107,60	128 893,89	112 280,27	-16 613,62

A estrutura dos juros suportados é a seguinte:

	2016	2017	2018
Juros de empréstimos	140 849,76	125 925,63	109 468,40
Juros de LEASING		1 499,60	1 343,20
Juros de mora	210,03	358,54	279,26
TOTAL	141 059,79	127 783,77	111 090,86

Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS				
691	Transferências de capital concedidas	5 361,13	45 365,03	19 200,00	-26 165,03
693	Perdas em existências	797,94	1 769,61	912,45	-857,16
694	Perdas em imobilizações		14,87	5 834,39	5 819,52
695	Multas e penalidades	1 032,01	9 060,00	37,50	-9 022,50
696	Aumentos de amortizações e de provisões	114,71			
697	Correcções de exercícios anteriores	1 783,14	68 458,47	67 763,08	-695,39
698	Outros custos perdas extraordinárias	161,45	12 723,30	2 072,43	-10 650,87
TOTAL		9 250,38	137 391,28	95 819,85	-41 571,43

A despesa paga quanto a transferências de capital, apresentada na classificação económica da contabilidade orçamental, encontra-se consolidada com o mapa apresentado na conta de gerência.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.11 Proveitos e ganhos

Conta 71 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Analisada a evolução das vendas e prestações de serviços, realça-se o acréscimo da rubrica de água.

CONTA					Variação
		2016	2017	2018	2018/2017
711	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
	Vendas				
	Mercadorias	3 121,92	3 051,22	3 020,33	-30,89
	Água	265 656,78	272 444,10	419 719,51	147 275,41
	Produtos acabados e intermédios	1 372,93	2 939,84	765,00	-2 174,84
	Subprodutos, desperdícios e refugos	3 760,00		770,40	770,40
	Outros bens	190,80	537,00	203,03	-333,97
712	Prestações de serviços				
	Saneamento	122 357,82	115 047,26	121 217,46	6 170,20
	Resíduos Sólidos	186 388,80	177 091,39	195 549,40	18 458,01
	Transportes coletivos de pessoas e bens	23 456,16	23 633,01	22 887,38	-745,63
	Trabalhos p/conta particulares	6 364,73	4 485,44	5 184,30	698,86
	Cemitérios	39 812,74	35 433,18	23 145,55	-12 287,63
	Serv.sociais, recreativos, culturais e desporto	27 940,64	24 122,47	58 887,86	34 765,39
	Outros	1 933,70	1 685,58	2 050,76	365,18
714	Rendas e alugueres	582 150,72	586 617,85	458 409,77	-128 208,08
717	Devoluções	-2 189,52	-2 828,59	-86 718,36	-83 889,77
TOTAL		1 262 318,22	1 244 259,75	1 225 092,39	-19 167,36

Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da Autoridade Tributária (AT). Para os valores de dezembro de 2018, apenas recebidos em janeiro de 2019, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.

CONTA					Variação
		2016	2017	2018	2018/2017
72	IMPOSTOS E TAXAS				
721	IMPOSTOS DIRETOS	1 038 170,92	922 457,41	1 014 827,15	
	- IMI	744 512,55	649 897,28	651 216,02	1 318,74
	- IUC	125 626,95	133 087,43	138 755,92	5 668,49
	- IMT	124 444,22	97 495,40	190 021,87	92 526,47
	- Derrama	43 587,20	41 977,30	34 833,34	-7 143,96
722	IMPOSTOS INDIRECTOS	25 737,00	14 434,06	14 229,75	-204,31
724	TAXAS	108 430,56	124 137,11	113 663,83	
	- Mercados e feiras	13 930,52	14 450,01	13 033,22	-1 416,79
	- Licença prévia loteamentos	4 757,92	9 876,96	15 506,20	5 629,24
	- Plantas de localização	183,11	28,76	116,64	87,88
	- Loteamentos de obras	13 225,26	21 165,66	10 491,93	-10 673,73
	- Ocupação Via Pública	11 832,41	9 827,97	11 722,56	1 894,59
	- Saneamento	24 860,41	24 401,32	23 012,75	-1 388,57
	- Água	9 409,40	9 440,39	9 195,52	-244,87
	- Resíduos sólidos e urbanos	9 678,76	9 606,15	10 950,85	1 344,70
	- Licença de ruído	138,59	45,63	46,27	0,64
	- Contratos água/administrativos	3 529,16	3 422,86	148,82	-3 274,04
	- Outras	16 885,02	21 871,40	19 439,07	-2 432,33
725	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	-7 523,64	-3 220,57	-3 781,41	-560,84
72,6	ANULAÇÕES			-2 836,53	-2 836,53
TOTAL		1 164 814,84	1 057 808,01	1 136 102,79	78 294,78



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

Foram analisadas as guias de receita inerentes às transferências e conferidas as respostas obtidas das circularizações efetuadas. Foram ainda conciliados os mapas das transferências correntes e de capital da prestação de contas, com os montantes das transferências registadas na contabilidade orçamental.

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
74	TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS				
	ORÇAMENTO DO ESTADO	4 273 945,17	4 356 508,04	4 544 746,68	
	Transferências Correntes	3 904 434,73	3 975 944,63	4 112 385,43	
	- Fundo Equilíbrio Financeiro	3 019 203,00	3 133 168,98	3 166 559,04	33 390,06
	- Fundo Social Municipal	116 989,00	116 989,00	116 989,00	
	- Participação Fixa no IRS	171 528,00	149 730,00	168 850,00	19 120,00
	- Outras	596 714,73	576 056,65	659 987,39	83 930,74
	Transferências de Capital	369 510,44	380 563,41	432 361,25	
	- Fundo Equilíbrio Financeiro	335 467,00	348 130,00	351 840,00	3 710,00
	- Outras Transf. de Correntes	34 043,44	32 433,41	80 521,25	48 087,84
	EXTERIOR	2 729,82		94 813,27	94 813,27
	TOTAL	4 276 674,99	4 356 508,04	4 639 559,95	283 051,91

Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA					Variação 2018/2017
		2016	2017	2018	
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS				
793	Ganhos em existências	701,00	2 045,10	2 864,93	819,83
794	Ganhos em imobilizações	0,04	14 055,00		-14 055,00
795	Benefícios e penalidades contratuais	58 543,86	4 470,62	5 173,84	703,22
796	Reduções de amortizações e provisões	4 615,06	14,87		-14,87
797	Ganhos exercícios anteriores	59 988,60	42 568,13	37 715,97	-4 852,16
798	Outros	745 934,22	661 925,53	559 985,82	-101 939,71
	TOTAL	869 782,78	725 079,25	605 740,56	-119 338,69

Tal como o nome indica apresenta proveitos e ganhos extraordinários, não considerados operacionais.

Os outros proveitos (#79.8), reflete essencialmente a reposição de subsídios ao investimento, a qual assume o montante de 544.534,47€.



7. RÁCIOS, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E ENDIVIDAMENTO

7.1 Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no triénio de 2016 a 2018, é a seguinte:

Componente Económica

	2016	2017	2018
Custos e Perdas	7 559 545,01	7 574 441,89	8 099 389,22
Proveitos e Ganhos	7 785 230,39	7 560 023,32	7 779 739,17
Resultado Líquido do Exercício	225 685,38	-14 418,57	-319 650,05

Componente Financeira

	2016	2017	2018
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	39 053 547,71	38 156 464,45	36 951 691,83
Ativo Circulante (inclui acréscimos e diferimentos)	1 188 074,23	895 180,43	884 064,99
Ativo Circulante Líquido *	1 052 392,62	778 782,88	750 805,03
Ativo Líquido Total	40 241 621,94	39 051 644,88	37 835 756,82
Fundos Próprios	15 925 407,69	15 910 989,12	15 781 155,61
Passivo M/L Prazos	7 408 430,34	6 849 142,45	5 573 508,47
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim.)	437 889,58	384 610,10	949 822,84
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim. E Provisões)	436 998,70	383 684,61	895 662,89
Total Passivo	24 316 214,25	23 140 655,76	22 054 601,21
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	65%	69%	72%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líq.)	40%	41%	42%
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C.P.)	240%	202%	79%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	41%	42%	43%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos e Outros /Total Passivo)	30%	30%	25%

7.2 Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excepcional de dívida.

Do quadro a seguir apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 6,5 milhões e os 9,8 milhões de euros. A dívida do Município a 31/12/2018 ascende a cerca de 6,4 milhões de euros, pelo que a mesma apresenta um valor que entendemos por equilibrado. Face a 2017 a dívida total diminuiu em 0,7 milhões de euros.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Neste caso, e conforme o disposto na alínea b), do artigo 52.º, da lei já acima referida, o Município podia ter aumentado a dívida no valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, podendo a mesma ter atingido o montante de 7.609.158€. Verifica-se que a dívida não excedeu o valor limite, apresentando uma margem utilizável de 1.216.360 €.

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Receita corrente líquida cobrada	6 300 849	6 556 814	6 592 062	6 414 234	6 779 933
Média nos 3 exercícios	6 483 242				
Média nos 3 exercícios	6 521 037				
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	9 724 863	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2017			
		9 781 555		Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2018	
PASSIVO	28 523 493	26 478 256	24 316 414	23 140 656	22 054 601
(-) PROVISÕES	10 735	1 582	891	925	54 160
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	18 176 644	17 677 672	16 469 894	15 906 903	15 531 270
(-) FAM		264 654	220 545	176 436	33 082
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	273 337	266 305	113 803	21 825	71 687
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL (1)	10 062 777	8 268 043	7 511 281	7 034 566	6 364 403
TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)			38 680	31 493	28 396
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)			7 549 961	7 066 059	6 392 799
MARGEM DE ENDIVIDAMENTO			2 174 902	2 715 496	3 388 756
LIMITE DE 20% DA MARGEM			434 980	543 099	677 751
LIMITE DO TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2018					7 609 158
MARGEM UTILIZÁVEL					1 216 360
REDUÇÃO DE DÍVIDA				483 902	673 260

7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso

Na consulta ao Portal Autárquico e ao mapa apresentado na prestação de contas – Declaração de pagamentos em atraso existentes até 31/12/2018, verifica-se a não existência de pagamentos em atraso.

À data de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município, calculado de acordo com o indicado e definido nos termos do n.º 4, do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009, passou para 22 dias, o que representa uma diminuição do PMP de 19 dias comparativamente a 2017 (41 dias).

Os recebimentos em atraso constam das declarações apresentadas, num total de 454.013,14 €, ao que acrescem os impostos por cobrar, conforme declaração expressa pela Autoridade Tributária (AT), num total de 109.706,86 €.

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2018	IMI	Valores Agregados	68 837,08
2018	IMT	Valores Agregados	208,10
2018	IUC	Valores Agregados	40 661,68
		TOTAL	109 706,86



8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Município tem em funcionamento a contabilidade de custos.

Nos termos do n.º 2.8.3.1 de POCAL “a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços”.

Dada a alteração legislativa quanto ao sistema contabilístico (**SNC-AP**), a iniciar em 1 de janeiro de 2017, adiada para 2020, propõe-se que sejam desenvolvidos todos os esforços para a implementação da norma **NCP 27 – Contabilidade de Gestão e NCP 25 – Relato por Segmentos**, de forma a dar cumprimento ao estabelecido para o futuro.

9. PROPOSTAS E OUTROS FACTOS

Devem ser reforçadas, implementadas e alteradas ações e procedimentos que permitam:

- Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
- Esforço na arrecadação de receita, sobretudo a corrente, de forma a permitir dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, em cumprimento do disposto no art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Considera-se assim necessária uma gestão adequada das receitas com as devidas restrições na assunção da despesa a contratualizar.
- Os investimentos futuros devem pautar-se apenas pelos necessários e inadiáveis, ponderado os limites da dívida que a nova lei das finanças locais prevê.
- Continuidade no encerramento das obras concluídas e que se encontram em curso.
- Continuidade dos procedimentos quanto ao sistema de faturação dos direitos a receber e consequente acompanhamento dos recebimentos em atraso.
- Atento empenho no cumprimento da execução das candidaturas aprovadas e/ou em análise pelas Entidades financiadoras, destacando-se a candidatura à Reabilitação do Celeiro da Cultura.
- Continuidade nos procedimentos inerentes à contabilidade de custos, face ao projeto em desenvolvimento no Município, o qual apela ao envolvimento de todos os Serviços Municipais, para além do consequente corte de operações ao nível do inventário.
- Continuidade de trabalhos tendentes à implementação do SNC-AP. Com a publicação do normativo contabilístico assente no SNC-AP, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2017, posteriormente adiada para 2018, 2019 e agora para janeiro de 2020, através:
 - a. Decreto-Lei, nº 192/2015, de 11 de setembro, que apresenta o seu articulado legislativo, traduz ainda:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

- i. ANEXO I – Estrutura concetual da informação financeira pública;
- ii. ANEXO II – Normas de contabilidade pública, compostas por:

NCP	1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NCP	2	Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
NCP	3	Ativos Intangíveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP	6	Loações
NCP	7	Custos de Empréstimos Obtidos
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura
NCP	12	Contratos de Construção
NCP	13	Rendimento de Transações com Contraprestação
NCP	14	Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP	15	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP	16	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCP	17	Acontecimentos Após a Data de Relato
NCP	18	Instrumentos Financeiros
NCP	19	Benefícios dos Empregados
NCP	20	Divulgações de Partes Relacionadas
NCP	21	Demonstrações Financeiras Separadas
NCP	22	Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP	23	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP	24	Acordos Conjuntos
NCP	25	Relato por Segmentos
NCP	26	Contabilidade e Relato Orçamental
NCP	27	Contabilidade de Gestão

- iii. Anexo III – Plano de Contas Multidimensional

- b. Manual de Implementação, elaborado pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (2 versão junho de 2017);
 - c. Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
 - d. Portaria nº 218/2016, de 9 de agosto – Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
- Decorrente do Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, importa dar relevância à introdução e aplicação dos processos impostos pelo referido regulamento, nomeadamente:

Estabelecer políticas e procedimentos que permitam reagir a qualquer falha de segurança e notificar as autoridades competentes nos prazos estabelecidos.	Rever impressos, formulários, políticas de privacidade. Verificar se a linguagem utilizada é clara, acessível e se são fornecidos aos titulares dos dados, toda a informação a que o RGPD obriga.	Preparar e estabelecer mecanismos de resposta ao exercício dos novos direitos pelos titulares dos dados: Direito ao Esquecimento; Direito à Portabilidade de dados.	Preparar a designação e funções do Encarregado de Proteção de Dados. Deve documentar de forma detalhada todas as atividades relacionadas com tratamento de dados pessoais.
Analisar com que fundamento legal se está a processar dados. Caso seja com base no consentimento, terá de se rever o consentimento dado, para apurar se respeita todas as novas exigências, ou se será necessário obter novo consentimento.	Rever os contratos de subcontratação de serviços realizados no âmbito de tratamento de dados pessoais, para verificar se cumprem com os requisitos exigidos pelo RGPD.	Garantir que existem regras específicas para provar que todos os requisitos legais são cumpridos. Realizar uma auditoria/Assessment para verificar o que se tem de fazer para cumprir com o RGPD (Accountability).	Verificar onde estão alojados os dados e se há transferência de dados para fora da União Europeia (e nesse caso se é legítima).



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- De forma a prevenir a ocorrência de eventuais desvios e fraudes, afigura-se-nos ser importante dar atenção ao tema da fraude, nomeadamente os itens subjacentes à nova teoria explicativa da motivação da fraude, a “Estrela da fraude”, assente nas pontas da referida estrela designadas por: - “Pressões situacionais”; - “Oportunidades de concretização”; - “Capacidade do fraudador”; - “Ganância/Ambição do fraudador”; e - “Racionalização do fraudador”. O Relatório Anual de Avaliação de Gestão do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ano de 2018, encontra-se elaborado na data do presente relatório.
- Quanto ao Balanço Social do ano de 2018, o mesmo encontra-se elaborado e relata as situações ocorridas no exercício.
- Nesta sequência importa dar a devida atenção à Lei nº 83/2017, de 18 de agosto que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, onde as pessoas politicamente expostas (PEP’s) e respetivos membros próximos da família, assumem um papel relevante.

Destacamos os projetos em curso de impacto e sustentabilidade ambiental, nomeadamente ao nível das perdas de água, resíduos e eficiência energética.

Por fim acrescentamos que, face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade. Para o efeito terão contribuído Todos os intervenientes na Gestão e restantes Recursos Humanos do Município, merecendo destaque as equipas da Unidade de Finanças, Desenvolvimento Integrado e Modernização Administrativa e da Unidade de Contratação Pública e Contabilidade, tendo-nos sido manifestado toda a disponibilidade para a continuidade dos trabalhos e melhoria contínua, em prol da transparência e *Accountability* na gestão pública.

10. AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este relatório, não queremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como a todos os Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Borba, 8 de abril de 2019

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,

representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho

ROC n.º 658 – CMVM nº 20160302